DE MIKHAIL BAKHTIN, NA EDITORA HUCITEC

*A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento:
o Contexto de François Rabelais*

Questões de Literatura e de Estética

MIKHAIL BAKHTIN
(V. N. Volochínov)

Marxismo e Filosofia da Linguagem

Problemas Fundamentais do Método Sociológico
na Ciência da Linguagem

prefácio de

ROMAN JAKOBSON

apresentação de

MARINA YAGUELLO

tradução de

MICHEL LAHUD & YARA FRATESCHI VIEIRA

com a colaboração de

LÚCIA TEIXEIRA WISNIK & CARLOS HENRIQUE D. CHAGAS CRUZ

12.^a edição

EDITORA HUCITEC
São Paulo, 2006

X060889

mos descobrir as balizas já colocadas no caminho da resolução deste problema pelas tendências do pensamento filosófico-lingüístico que nos precederam. Por fim, achamo-nos diante de duas categorias de sinalizações colocadas em direções diametralmente opostas. De um lado, as teses do subjetivismo individualista e, de outro, as antíteses do objetivismo abstrato. Mas o que é que se revela como o verdadeiro núcleo da realidade lingüística? O ato individual da fala — a enunciação — ou o sistema da língua? E qual é, pois, o modo de existência da realidade lingüística? Evolução criadora ininterrupta ou imutabilidade de normas idênticas a si mesmas?

CAPÍTULO 5 LÍNGUA, FALA E ENUNCIÇÃO

No capítulo precedente, tentamos representar de maneira totalmente objetiva as duas orientações do pensamento filosófico-lingüístico. Agora, devemos submetê-las a uma análise crítica em profundidade. Isso feito, estaremos em condições de responder à questão levantada no fim do Capítulo 4. Começemos pela crítica da segunda orientação, a do objetivismo abstrato.

Coloquemo-nos, primeiro, a seguinte questão: em que medida um sistema de normas imutáveis — isto é, um sistema de língua, segundo os representantes da segunda orientação — conforma-se à realidade? Evidentemente, nenhum dos representantes do objetivismo abstrato confere ao sistema lingüístico um caráter de realidade material eterna. Esse sistema exprime-se, efetivamente, em coisas materiais, em signos, mas, enquanto sistema de formas normativas, sua realidade repousa na sua qualidade de norma social. Os representantes dessa orientação acentuam constantemente que o sistema lingüístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta — e isto representa uma de suas posições fundamentais. E, no entanto, é só para a consciência individual, e do ponto de vista dela, que a língua se apresenta como sistema de normas rígidas e imutáveis. Na verdade, se fizermos abstração da consciência individual subjetiva e lançarmos sobre a língua um olhar verdadeiramente objetivo, um olhar, digamos, oblíquo, ou melhor, de cima, não encontraremos nenhum indício de um sistema de normas imutáveis. Pelo contrário, depararemos com a evolução ininterrupta das normas da língua. De um ponto de vista realmente objetivo, percebendo a língua de um modo completamente diferente daquele como ela apareceria para um certo indivíduo, num dado momento do tempo, a língua apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta. Para o observador que enfoca a língua de cima, o lapso de tempo

em cujos limites é possível construir um sistema sincrônico não passa de uma ficção.

Assim, *de um ponto de vista objetivo, o sistema sincrônico não corresponde a nenhum momento efetivo do processo de evolução da língua*. E, na verdade, para o historiador da língua que adota um ponto de vista diacrônico, o sistema sincrônico não constitui uma realidade; ele apenas serve de escala convencional para registrar os desvios que se produzem a cada momento no tempo. O sistema sincrônico da língua só existe do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor de uma dada comunidade lingüística num dado momento da história. Objetivamente, esse sistema não existe em nenhum verdadeiro momento da história. Podemos admitir que no momento em que César escrevia suas obras, a língua latina constituía para ele um sistema imutável e incontestável de normas fixas; mas, para o historiador da língua latina, naquele mesmo momento em que César escrevia, produzia-se um processo contínuo de transformação lingüística — mesmo se o historiador não for capaz de registrar essas transformações.

Todo sistema de normas sociais encontra-se numa posição análoga; somente existe relacionado à consciência subjetiva dos indivíduos que participam da coletividade regida por essas normas. São assim os sistemas de normas morais, jurídicas, estéticas (tais normas realmente existem), etc. Certamente, essas normas variam. Diferem pelo grau de coerção que exercem, pela extensão de sua escala social, pelo grau de significação social, que é função de sua relação mais ou menos próxima com a infra-estrutura, etc. Mas, enquanto normas, a natureza de sua existência permanece a mesma; só existem relativamente à consciência subjetiva dos indivíduos de uma dada comunidade. Segue-se, então, que essa relação entre a consciência subjetiva e a língua como sistema objetivo de normas incontestáveis seja desprovida de qualquer objetividade? Não, evidentemente. Compreendida corretamente, essa relação pode ser considerada um fato objetivo. Dizer que a língua, como sistema de normas imutáveis e incontestáveis, possui uma existência objetiva é cometer um grave erro. Mas exprime-se uma relação perfeitamente objetiva quando se diz que a língua constitui, relativamente à consciência individual, um sistema de normas imutáveis, que este é o modo de existência da língua para todo membro de uma comunidade lingüística dada. Se o próprio fato está corretamente estabelecido, se é realmente verdade que a língua se apresenta para a cons-

ciência do locutor como um sistema de normas fixas e imutáveis, é uma outra questão que, por enquanto, será deixada em aberto. Em todo caso, nosso alvo é poder estabelecer uma certa relação objetiva.

Qual a posição dos partidários do objetivismo abstrato com relação a esse ponto? Afirmam eles que a língua é um sistema de normas fixas objetivas e incontestáveis ou percebem que este é apenas o modo de existência da língua para a consciência subjetiva dos locutores de uma dada comunidade? A melhor resposta a essa questão é a seguinte: a maioria dos partidários do objetivismo abstrato tende a afirmar a realidade e a objetividade imediatas da língua como sistema de formas normativas. Para esses representantes da segunda orientação, o objetivismo abstrato toma-se simplesmente hipotático. Outros representantes da mesma orientação (Meillet, por exemplo) são mais críticos e percebem a natureza abstrata e convencional do sistema lingüístico. No entanto, nenhum dos objetivistas abstratos chegou a compreender de maneira clara e precisa o funcionamento intrínseco da língua como sistema objetivo. Na maioria dos casos, eles oscilam entre as duas acepções que a palavra "objetivo" possui quando aplicada ao sistema lingüístico: a acepção, por assim dizer, entre aspas (expressando o ponto de vista da consciência subjetiva do locutor) e a acepção sem aspas (objetivo no sentido próprio). Até Saussure procede dessa maneira. Ele não resolve a questão claramente.

Devemos, agora, perguntar-nos se a língua existe realmente para a consciência subjetiva do locutor unicamente como sistema objetivo de formas normativas e intocáveis. O objetivismo abstrato captou corretamente o ponto de vista da consciência subjetiva do locutor? É realmente este o modo de existência da língua na consciência lingüística subjetiva? A essa questão somos obrigados a responder pela negativa. A consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas. Tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem-determinados. O sistema lingüístico é o produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação.

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas (admitamos, por enquanto, a legiti-

midade destas) num dado contexto concreto. Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto. O que importa não é o aspecto da forma lingüística que, em qualquer caso em que esta é utilizada, permanece sempre idêntico. Não; para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. Este é o ponto de vista do locutor.

Mas o locutor também deve levar em consideração o ponto de vista do receptor. Seria aqui que a norma lingüística entraria em jogo? Não, também não é exatamente assim. É impossível reduzir-se o ato de descodificação ao reconhecimento de uma forma lingüística utilizada pelo locutor como forma familiar, conhecida — modo como reconhecemos, por exemplo, um sinal ao qual não estamos suficientemente habituados ou uma forma de uma língua que conhecemos mal. Não; o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma. Em outros termos, o receptor, pertencente à mesma comunidade lingüística, também considera a forma lingüística utilizada como um signo variável e flexível e não como um sinal imutável e sempre idêntico a si mesmo.

O processo de descodificação (compreensão) não deve, em nenhum caso, ser confundido com o processo de identificação. Trata-se de dois processos profundamente distintos. O signo é descodificado; só o sinal é identificado. O sinal é uma entidade de conteúdo imutável; ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada; constitui apenas um instrumento técnico para designar este ou aquele objeto (preciso e imutável) ou este ou aquele acontecimento (igualmente preciso e imutável).¹ O sinal não pertence ao domínio da ideologia; ele faz parte do mundo dos objetos técnicos, dos instrumentos

¹ Karl Bühler, no seu artigo "Vom Wesen der Syntax" (in: *Festschrift für Karl Vossler*, pp. 61-9), estabelece distinções interessantes e astuciosas entre, de um lado, o sinal e suas combinações (no domínio marítimo, por exemplo) e, de outro, a forma lingüística e suas combinações, em conexão com os problemas de sintaxe.

de produção no sentido amplo do termo. Mais distantes ainda da ideologia estão os sinais com os quais trabalha a reflexologia. Esses sinais, considerados em relação ao organismo que os recebe, isto é, ao organismo sobre o qual eles incidem, nada têm a ver com as técnicas de produção. Nesse caso, não são mais sinais, mas estímulos de uma espécie particular. Só se tornam instrumentos de produção nas mãos do experimentador. Somente um concurso infeliz de circunstâncias e as inextirpáveis práticas da reflexão mecanicista puderam induzir certos pesquisadores a fazer desses "sinais", praticamente, a chave da compreensão da linguagem e do psiquismo humano (do discurso interior).

Enquanto uma forma lingüística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor somente como tal, ela não terá para ele nenhum valor lingüístico. A pura "sinalidade" não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali, a forma é orientada pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de "sinalidade" e de identificação que lhe é correlata seja real. Assim, o elemento que torna a forma lingüística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo.²

Disso não se conclui que o componente de "sinalidade" e seu correlato, a identificação, não existam na língua. Existem, mas não como constituintes da língua como tal. O componente de "sinalidade" é dialeticamente deslocado, absorvido pela nova qualidade do signo (isto é, da língua como tal). Na língua materna, isto é, precisamente para os membros de uma comunidade lingüística dada, o sinal e o reconhecimento estão dialeticamente apagados. No processo de assimilação de uma língua estrangeira, sente-se a "sinalidade" e o reconhecimento, que não foram ainda dominados: a língua ainda não se tornou língua. A assimilação ideal de uma língua

² Veremos mais adiante que é justamente a compreensão no sentido próprio, a compreensão da evolução, que se acha na base da resposta, isto é, da interação verbal. É impossível delimitar de modo estrito o ato de compreensão e a resposta. Todo ato de compreensão é uma resposta, na medida em que ele introduz o objeto da compreensão num novo contexto — o contexto potencial da resposta.

dá-se quando o sinal é completamente absorvido pelo signo e o reconhecimento pela compreensão.³

Assim, na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática lingüística. Para que se passe a perceber a palavra como uma forma fixa pertencente ao sistema lexical de uma língua dada — como uma palavra de dicionário —, é preciso que se adote uma orientação particular e específica. É por isso que os membros de uma comunidade lingüística, normalmente, não percebem nunca o caráter coercitivo das normas lingüísticas. A significação normativa da forma lingüística só se deixa perceber nos momentos de conflito, momentos raríssimos e não característicos do uso da língua [para o homem contemporâneo, eles estão quase exclusivamente associados à expressão escrita].

Cumpra ainda acrescentar aqui uma observação extremamente importante: a consciência lingüística dos sujeitos falantes não tem o que fazer com a forma lingüística enquanto tal, nem com a própria língua como tal.

De fato, a forma lingüística, como acabamos de mostrar, sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades

³ O ponto de vista que defendemos, embora careça de uma sustentação teórica, constitui, na prática, a base de todos os métodos eficazes de ensino de línguas vivas estrangeiras. O essencial desses métodos é familiarizar o aprendiz com cada forma da língua inserida num contexto e numa situação concretas. Assim, uma palavra nova só é introduzida mediante uma série de contextos em que ela figure. O que faz com que o fator de reconhecimento da palavra normativa seja, logo de início, associado e dialeticamente integrado aos fatores de mutabilidade contextual, de diferença e de novidade. A palavra isolada de seu contexto, inscrita num caderno e apreendida por associação com seu equivalente russo, torna-se, por assim dizer, sinal, torna-se uma coisa única e, no processo de compreensão, o fator de reconhecimento adquire um peso muito forte. Em suma, um método eficaz e correto de ensino prático exige que a forma seja assimilada não no sistema abstrato da língua, isto é, como uma forma sempre idêntica a si mesma, mas na estrutura concreta da enunciação, como um signo flexível e variável.

ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

O critério de correção só se aplica à enunciação em situações anormais ou particulares (por exemplo, no estudo de uma língua estrangeira). Em condições normais, o critério de correção lingüística cede lugar ao critério puramente ideológico: importa-nos menos a correção da enunciação do que seu valor de verdade ou de mentira, seu caráter poético ou vulgar, etc.⁴ A língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida. Para se separar abstratamente a língua de seu conteúdo ideológico ou vivencial, é preciso elaborar procedimentos particulares não condicionados pelas motivações da consciência do locutor.

Se, à maneira de alguns representantes da segunda orientação, fizermos dessa separação abstrata um princípio, se concedermos um estatuto separado à forma lingüística vazia de ideologia, só encontraremos sinais e não mais signos da linguagem. A separação da língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato.

Assim, a língua, para a consciência dos indivíduos que a falam, de maneira alguma se apresenta como um sistema de formas normativas. O sistema lingüístico tal como é construído pelo objetivismo abstrato não é diretamente acessível à consciência do sujeito falante, definido por sua prática viva de comunicação social.

No que consiste, então, esse sistema? É claro, desde o começo, que esse sistema resulta de uma análise abstrata, que ele se compõe de elementos abstratamente isolados das unidades reais da cadeia verbal, das enunciações. Todo procedimento abstrato, para se legitimar, deve ser justificado por um propósito teórico e prático preciso. Uma abstração pode ser fecunda ou estéril, útil para certos fins e determinadas tarefas e não para outras.

Quais são, então, as metas da análise lingüística abstrata que conduz ao sistema sincrônico da língua? E de que ponto de vista esse sistema se revela produtivo e necessário? Na base dos métodos de

⁴ Por isso, como veremos, não podemos concordar com Vossler quanto à existência de um "gosto lingüístico" específico e determinado, que não se confunda a cada momento com um "gosto" ideológico particular (artístico, cognitivo, ético, etc.).

reflexão lingüística que levam à postulação da língua como sistema de formas normativas, estão os procedimentos práticos e teóricos elaborados para o estudo das línguas *mortas*, que se conservaram em documentos *escritos*. É preciso salientar com insistência que essa abordagem filológica foi determinante para o pensamento lingüístico do mundo europeu. Esse pensamento nasceu e nutriu-se dos cadáveres dessas línguas escritas. Quase todas as abordagens fundamentais e as práticas desse pensamento foram elaboradas no processo de ressurreição desses cadáveres. O filologismo é um traço inevitável de toda a lingüística européia, condicionada pelas vicissitudes históricas que presidiram ao seu nascimento e seu desenvolvimento. Por mais que voltemos os olhos ao passado para traçar a história das categorias e dos métodos lingüísticos, sempre encontraremos filólogos. Os alexandrinos eram filólogos, assim como os romanos e os gregos (Aristóteles é um exemplo típico). Também a Índia possuía seus filólogos.

Podemos dizer que a lingüística surgiu quando e onde surgiram exigências filológicas. Os imperativos da filologia engendraram a lingüística, acalentaram-na e deixaram dentro de suas fraldas a flauta da filologia. Essa flauta tem por função despertar os mortos. Mas essa flauta carece da potência necessária para dominar a fala viva, com sua evolução permanente.

Nicolau Marr salienta muito corretamente essa essência filológica do pensamento lingüístico indo-europeu:

"A lingüística indo-européia, dispondo já há muito tempo de um objeto de investigação estabelecido e completamente formado — a saber, as línguas indo-européias das épocas históricas — e, além do mais, tirando todas as suas conclusões das formas petrificadas das línguas escritas — favorecendo, entre estas, as línguas mortas — foi, com toda evidência, incapaz de descrever o processo de aparição da linguagem em geral e a origem das diferentes formas que ela adquire."⁵

Ou ainda:

"O que gera os maiores obstáculos (ao estudo da linguagem primitiva) não é a dificuldade das pesquisas enquanto tal, nem a

⁵ N. Marr, *Po etapam iafetitcheskoi teorii* (As Etapas da Teoria Jafética), 1926, p. 269.

insuficiência de dados sólidos; é nosso modo de pensamento científico, forjado por uma visão do mundo tradicionalmente filológica e pela história da cultura; esse pensamento não foi nutrido por uma concepção etnolingüística da fala viva, por suas formas que ela adquire."⁶

Essas palavras de N. Marr parecem-nos justas não apenas no que tange aos estudos indo-europeus, que forneceram o tom a toda a lingüística contemporânea, mas também no que respeita à lingüística toda, tal como a conhecemos pela história. Em toda parte, a lingüística é filha da filologia. Submetida aos imperativos desta, a lingüística sempre se apoiou em enunciações constitutivas de monólogos fechados, por exemplo, em inscrições em monumentos antigos, considerando-as como a realidade mais imediata. A lingüística elaborou seus métodos e categorias trabalhando com monólogos mortos, ou melhor, com um *corpus* de enunciações desse tipo, cujo único ponto comum é o uso da mesma língua.

E, no entanto, a enunciação monológica já é uma abstração, embora seja uma abstração de tipo "natural". Toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polémica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Cada inscrição constitui uma parte inalienável da ciência ou da literatura ou da vida política. Uma inscrição, como toda enunciação monológica, é produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante.

O filólogo-lingüista desvincula-a dessa esfera real, apreende-a como um todo isolado que se basta a si mesmo, e não lhe aplica uma compreensão ideológica ativa, e sim, ao contrário, uma compreensão totalmente passiva, que não comporta nem o esboço de uma resposta, como seria exigido por qualquer espécie autêntica de compreensão. O filólogo contenta-se em tomar essa inscrição isolada como um do-

⁶ *Ibidem*, p. 94.

cumento de linguagem e em compará-la com outras inscrições no quadro geral de uma língua dada. É nesse processo de comparação e de mútua correlação das enunciações de uma dada língua que os métodos e as categorias do pensamento lingüístico se constituíram.

Uma língua morta apresenta-se claramente como uma língua estrangeira para o lingüista que a estuda. Por isso é impossível afirmar que o sistema das categorias lingüísticas constitui o produto da reflexão epistemológica do locutor de uma língua dada. Não se trata de uma reflexão sobre a percepção que o locutor nativo tem de sua própria língua; trata-se, antes, da reflexão de uma consciência que luta para abrir caminho no mundo misterioso de uma língua estrangeira.

A compreensão inevitavelmente passiva do filólogo-lingüista projeta-se sobre a própria inscrição, sobre o objeto do estudo lingüístico, como se essa inscrição tivesse sido concebida, desde a origem, para ser apreendida dessa maneira, como se ela tivesse sido escrita para os filólogos. Disso resulta uma teoria completamente falsa da compreensão, que está na base não só dos métodos de interpretação lingüística dos textos, mas também de toda a semasiologia européia. Toda a sua posição em relação ao sentido e ao tema da palavra está impregnada dessa falsa concepção da compreensão como ato passivo — compreensão da palavra que exclui de antemão e por princípio qualquer réplica ativa.

Veremos mais adiante que esse tipo de compreensão, que exclui de antemão qualquer resposta, nada tem a ver com a compreensão da linguagem. Essa última confunde-se com uma tomada de posição ativa a propósito do que é dito e compreendido. A compreensão passiva caracteriza-se justamente por uma nítida percepção do componente normativo do signo lingüístico, isto é, pela percepção do signo como objeto-sinal: correlativamente, o reconhecimento predomina sobre a compreensão.

Assim é a língua *morta-escrita-estrangeira* que serve de base à concepção da língua que emana da reflexão lingüística. A enunciação *isolada-fechada-monológica*, desvinculada de seu contexto lingüístico e real, à qual se opõe, não uma resposta potencial ativa, mas a compreensão passiva do filólogo: este é o "dado" último e o ponto de partida da reflexão lingüística.

Originada no processo de aquisição de uma língua estrangeira num propósito de investigação científica, a reflexão lingüística serviu tam-

bém a outros propósitos, não mais de pesquisa, mas de ensino; não se trata mais de decifrar uma língua, mas, uma vez essa língua decifrada, de ensiná-la. As inscrições extraídas de documentos heurísticos transformam-se em exemplos escolares, em clássicos da língua.

O segundo problema fundamental da lingüística: criar o instrumental indispensável para a aquisição da língua decifrada, codificar essa língua no propósito de adaptá-la às necessidades da transmissão escolar, marcou profundamente o pensamento lingüístico. A *fonética*, a *gramática*, o *léxico*, essas três divisões do sistema da língua, os três centros organizadores das categorias lingüísticas, formaram-se em função das duas tarefas atribuídas à lingüística: uma *heurística* e a outra *pedagógica*.

O que é um filólogo? Independentemente das diferenças profundas, de ordem cultural e histórica, que separam os sacerdotes hindus dos lingüistas contemporâneos, o filólogo, sempre e em toda parte, é o adivinho que tenta decifrar o "mistério" de letras e de palavras estrangeiras e o mestre que transmite aquilo que decifrou ou herdou da tradição. Os sacerdotes foram sempre e em toda parte os primeiros filólogos e os primeiros lingüistas. A história não conhece nenhum povo cujas escrituras sagradas ou tradições não tenham sido numa certa medida redigidas numa língua estrangeira e incompreensível para o profano. Decifrar o mistério das escrituras sagradas foi justamente a tarefa dos sacerdotes-lingüistas.

É também sobre esse terreno que, desde os tempos mais remotos, a filosofia da linguagem se desenvolveu: o ensino védico da palavra, o ensino dos *logos* dos antigos pensadores gregos e a filosofia bíblica da palavra.

Para compreender esses *filosofemas*, convém não perder de vista o fato de que eles são filosofemas de palavras *estrangeiras*. Suponhamos um povo que só disponha de sua língua materna, um povo para o qual a palavra só possa ser a da língua nativa e que não esteja exposto à palavra estrangeira, críptica: esse povo jamais teria criado tais filosofemas.⁷ Trata-se de um fato surpreendente: desde a mais

⁷ Na religião védica, a palavra sagrada, no uso que dela faz o iniciado, o sacerdote consagrado, torna-se soberano do Ser, dos deuses e dos homens. O sacerdote onisciente define-se aqui como aquele que dispõe da palavra — e é nisso que repousa seu poder. A doutrina correspondente já se encontra no Rig Veda. O filosofema do *logos* na Grécia antiga e a doutrina alexandrina do *logos* são universalmente conhecidos.

remota Antigüidade até nossos dias, a filosofia da palavra e a reflexão lingüística fundamentam-se, especificamente, na apreensão da palavra estrangeira e nos problemas que a língua estrangeira apresenta para a consciência: a saber, o deciframento e a transmissão do que foi decifrado. Na sua reflexão sobre a linguagem, o sacerdote védico e o lingüista-filólogo contemporâneo deixam-se fascinar e subjugar por um único e idêntico fenômeno: o da palavra estrangeira *críptica*.

A palavra da língua *nativa* é percebida de modo totalmente diverso; ela não é habitualmente percebida como uma palavra carregada de todas aquelas categorias que ela engendrou na reflexão lingüística e que engendrava na reflexão filosófico-religiosa da Antigüidade. A palavra nativa é percebida como um irmão, como uma roupa familiar, ou melhor, como a atmosfera na qual habitualmente se vive e se respira. Ela não apresenta nenhum mistério. Só pode apresentar algum, na boca de um estrangeiro, duplamente estrangeiro por sua posição hierárquica e se se trata, por exemplo, de um chefe ou de um sacerdote; mas, nesse, a palavra muda de natureza, transforma-se exteriormente ou desprende-se de seu uso cotidiano (torna-se tabu na vida ordinária ou então arcaíza-se) — isto se a palavra em questão já não for, desde a origem, uma palavra estrangeira na boca de algum chefe-conquistador. É somente nessas condições que a "Palavra" nasce: *incipit philosophia, incipit philologia*.

O fato de que a lingüística e a filologia estejam voltadas para a palavra estrangeira não é produto do acaso ou de uma escolha arbitrária da parte dessas duas ciências. Não, essa orientação reflete o imenso papel histórico que a palavra estrangeira desempenhou no processo de formação de todas as civilizações da história. Esse papel foi conferido à palavra estrangeira em todas as esferas da criação ideológica, desde a estrutura sociopolítica até o código de boas maneiras. A palavra estrangeira foi, efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião, da organização política (os sumérios em relação aos semitas babilônicos; os jaféticos em relação aos helenos; Roma, o cristianismo, em relação aos eslavos do Leste, etc.). Esse grandioso papel organizador da palavra estrangeira — palavra que transporta consigo forças e estruturas estrangeiras e que algumas vezes é encontrada por um jovem povo conquistador no território invadido de uma cultura antiga e poderosa (cultura que, então, escraviza, por assim dizer, do seu túmulo, a consciência ideológica do povo invasor) — fez com que, na consciência histórica dos povos, a palavra estrangeira se fundisse com a idéia de *poder*, de *força*, de

santidade, de *verdade*, e obrigou a reflexão lingüística a voltar-se de maneira privilegiada para seu estudo.

E, no entanto, a filosofia da linguagem e a lingüística até hoje ainda não se conscientizaram do imenso papel ideológico da palavra estrangeira. A lingüística continua escravizada por ela. Representa, por assim dizer, a última onda trazida pelas águas outrora criativas e vivas da palavra estrangeira, a última peripécia de sua carreira ditatorial e geradora de cultura.

Esta é a razão pela qual a lingüística, ela própria produto da palavra estrangeira, está ainda longe de alcançar uma compreensão correta do papel dessa palavra na história da língua e da consciência lingüística. Pelo contrário, os estudos indo-europeus elaboraram categorias de análise da história da língua que excluem completamente qualquer apreciação correta desse papel. Entretanto, esse papel, como vimos, é imenso.

A idéia do "cruzamento" de línguas (da interferência lingüística) como fator essencial da evolução das línguas foi avançada com toda clareza por Nicolau Marr. Ele também reconheceu esse fator como fundamental para a resolução do problema da origem da linguagem:

"A interferência em geral, como fator que provoca a aparição de formas e de tipos lingüísticos diferentes, é a fonte da formação de novas espécies: isso é observado e apontado em todas as línguas jaféticas e esse é um dos resultados mais bem-sucedidos da lingüística jafética [...] O fato é que não existe nenhuma língua onomatopaica primitiva, comum a todos os povos e, como veremos, tal língua jamais existiu nem poderia ter existido. A língua é uma criação da sociedade, oriunda da intercomunicação entre os povos provocada por imperativos econômicos; constitui um subproduto da comunicação social, que implica sempre populações numerosas."⁸

No seu artigo intitulado "Sobre a Origem da Linguagem", ele diz o seguinte:

"Em suma, a concepção que a assim chamada cultura nacional possui dessa ou daquela língua, como língua nativa, de massa,

⁸ N. Marr, *Po etapam iafeticheskoj teorii* (As Etapas da Teoria Jafética), p. 268.

de toda a população, é anticientífica e irrealista. Por enquanto, a idéia de uma língua nacional comum a todas as castas, a todas as classes é uma ficção. Ou melhor: assim como a estratificação da sociedade durante as primeiras fases de desenvolvimento procede das tribos, isto é, na realidade, de formações tribais — que nem por isso são simples — por via de cruzamento, assim também as línguas tribais concretas, e *a fortiori*, as línguas nacionais, representam tipos cruzados de línguas — cruzamentos constituídos de elementos simples cuja associação está na base de qualquer língua. A análise paleontológica da linguagem humana não vai além da definição desses elementos tribais; mas a teoria jafética ajusta esses elementos de maneira tão direta e decisiva que a questão da origem da linguagem fica reduzida à questão do surgimento desses elementos, que nada mais são do que as denominações tribais.⁹

Os problemas da significação da palavra e da origem da linguagem fogem do quadro de nossa pesquisa. Não examinaremos aqui a teoria da palavra estrangeira dos antigos¹⁰ e limitar-nos-emos a esboçar as categorias provenientes da palavra estrangeira que serviram de base ao objetivismo abstrato; resumiremos assim o exposto acima e completaremos essa exposição por uma série de pontos essenciais:

1. Nas formas lingüísticas, o fator *normativo* e *estável* prevalece sobre o caráter *mutável*.
2. O *abstrato* prevalece sobre o *concreto*.
3. O *sistemático abstrato* prevalece sobre a *verdade histórica*.
4. As formas dos *elementos* prevalecem sobre as do conjunto.
5. A *reificação* do elemento lingüístico isolado substitui a *dinâmica* da fala.
6. *Univocidade* da palavra mais do que *polissemia* e *plurivalência* vivas.
7. Representação da linguagem como um *produto acabado*, que se transmite de geração a geração.

⁹ Ibidem, pp. 315-6.

¹⁰ Assim, a percepção que o homem pré-histórico tem do caráter mágico da palavra é fortemente marcada pela palavra estrangeira. Estamos pensando aqui na totalidade dos fenômenos com ela relacionados.

8. Incapacidade de compreender o processo gerativo *interno* da língua.

Consideremos brevemente cada uma dessas particularidades da reflexão dominada pela palavra estrangeira.

1. A primeira dispensa qualquer explicação. Já mostramos que a compreensão que o indivíduo tem de sua língua não está orientada para a identificação de elementos normativos do discurso, mas para a apreciação de sua nova qualidade contextual. A construção de um sistema de formas submetidas a uma norma é uma etapa indispensável e importante no processo de deciframento e de transmissão de uma língua estrangeira.

2. O segundo ponto fica também bastante claro à luz do que já expusemos. A enunciação monológica fechada constitui, de fato, uma abstração. A concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva. Na enunciação monológica isolada, os fios que ligam a palavra a toda a evolução histórica concreta foram cortados.

3. O formalismo e o sistematismo constituem os traços típicos de toda reflexão que se exerce sobre um objeto acabado, por assim dizer, estagnado. Essa última particularidade manifesta-se de diferentes maneiras. De modo característico, é o pensamento alheio que é habitualmente, se não exclusivamente, sistematizado. Os criadores — iniciadores de novas correntes ideológicas — nunca sentem necessidade de formalizar sistematicamente. A sistematização aparece quando nos sentimos sob a dominação de um pensamento autoritário aceito como tal. É preciso que a época de criatividade acabe; só aí é que então começa a sistematização-formalização; é o trabalho dos herdeiros e dos epígonos dominados pela palavra alheia que parou de ressoar. A orientação da corrente em evolução nunca pode ser formalizada e sistematizada. Esta é a razão pela qual o pensamento gramatical formalista e sistematizante desenvolveu-se com toda plenitude e vigor no campo das línguas mortas e, ainda, somente nos casos em que essas línguas perderam, até certo ponto, sua influência e seu caráter autoritário sagrado. A reflexão lingüística de caráter formal-sistemático foi inevitavelmente coagida a adotar em relação às línguas vivas uma posição conservadora e acadêmica, isto é, a tratar a língua viva como se fosse algo acabado, o que implica uma atitude hostil em relação a todas as inovações lingüísticas. A reflexão lingüística de caráter formal-sistemático é incompatível com

uma abordagem histórica e viva da língua. Do ponto de vista do sistema, a história apresenta-se sempre como uma série de destruições devidas ao acaso.

4. A lingüística, como vimos, está voltada para o estudo da enunciação monológica isolada. Estudam-se documentos históricos em relação aos quais o filólogo adota uma atitude de compreensão passiva. Assim, todo o trabalho desenvolve-se nos limites de uma dada enunciação. Os próprios limites da enunciação como uma entidade total são pouco percebidos. O trabalho de pesquisa reduz-se ao estudo das relações imanentes no interior do terreno da enunciação. Todos os problemas daquilo que se poderia chamar de "política externa" da enunciação ficam excluídos do campo da observação. Conseqüentemente, todas as relações que ultrapassam os limites da enunciação monológica constituem um todo que é ignorado pela reflexão lingüística. Esta, na verdade, não ousa ir além dos elementos constitutivos da enunciação monológica. Seu alcance máximo é a frase complexa (o período). A estrutura da enunciação completa é algo cujo estudo a lingüística deixa para outras disciplinas: a retórica e a poética. Ela própria é incapaz de abordar as formas de composição do todo. Eis por que, de maneira geral, não há relação nem transição progressiva alguma entre as formas dos elementos constituintes da enunciação e as formas do todo no qual ela se insere. Existe um abismo entre a sintaxe e os problemas de composição do discurso. Isso é totalmente inevitável, pois as formas que constituem uma enunciação completa só podem ser percebidas e compreendidas quando relacionadas com outras enunciações completas pertencentes a um único e mesmo domínio ideológico. Assim, as formas de uma enunciação literária, de uma obra literária, só podem ser apreendidas na unicidade da vida literária, em conexão permanente com outras espécies de formas literárias. Se encerrarmos a obra literária na unicidade da língua como sistema, se a estudarmos como um monumento lingüístico, destruiremos o acesso a suas formas como formas da literatura como um todo. Existe um abismo entre as duas abordagens: a que refere a obra ao sistema lingüístico e aquela que a refere à unicidade concreta da vida literária. Esse abismo é intransponível sobre a base do objetivismo abstrato.

5. A forma lingüística somente constitui um elemento abstratamente isolado do todo dinâmico da fala, da enunciação. Bem entendido, essa abstração revela-se legítima quando serve a determinados objetivos lingüísticos. Entretanto, o objetivismo abstrato

dota a forma lingüística de uma substância própria, torna-a um elemento realmente isolável, capaz de assumir uma existência histórica separada, independente.¹¹ Isso é perfeitamente compreensível já que se nega ao sistema, como um todo, o direito ao desenvolvimento histórico. A enunciação como um todo não existe para a lingüística. Conseqüentemente, apenas subsistem os elementos do sistema, isto é, as formas lingüísticas isoladas. Somente elas podem suportar o choque da história.

Assim, a história da língua torna-se a história das formas lingüísticas separadas (fonética, morfologia, etc.) que se desenvolvem independentemente do sistema como um todo e sem qualquer referência à enunciação concreta.¹² A propósito da história da língua tal como a concebe o objetivismo abstrato, Vossler, com razão, diz o seguinte:

"Pode-se comparar grosseiramente a história da língua, tal como a concebe a gramática histórica, com a história do vestuário: essa última não é um reflexo da concepção de mundo ou do gosto de uma época; ela fornece-nos listas cronológicas e geograficamente ordenadas de botões, alfinetes, chapéus e fitas. Em gramática histórica, esses botões e essas cifras chamam-se, por exemplo, /e/ aberto e fechado, /t/ surdo ou /d/ sonoro, etc."¹³

6. O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis.¹⁴ No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser una. Ela

¹¹ Não se deve esquecer que o objetivismo abstrato em sua nova versão reflete a posição da palavra estrangeira no estágio em que ela já perdeu, numa larga medida, seu caráter autoritário e sua força produtiva. Além disso, a especificidade da apreensão da palavra estrangeira é atenuada no objetivismo abstrato devido ao fato de que todas as categorias fundamentais do pensamento dessa escola foram estendidas às línguas vivas e nativas. Com efeito, a lingüística estuda as línguas vivas como se fossem mortas e a língua nativa como se fosse estrangeira. Essa é a razão pela qual o sistema construído pelo objetivismo abstrato difere dos filosofemas da palavra estrangeira elaborados pelos antigos.

¹² A enunciação constitui apenas o meio neutro no qual se opera a transformação das formas da língua.

¹³ Cf. o artigo de Vossler já citado "Gramática e História da Língua", p. 170.

¹⁴ Não nos preocuparemos, por enquanto, em distinguir a significação e o tema. Essa distinção será o objeto do Capítulo 7.

não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir. Evidentemente, essa unicidade da palavra não é somente assegurada pela unicidade de sua composição fonética; há também uma unicidade inerente a todas as suas significações.

Como conciliar a polissemia da palavra com sua unicidade? É assim que podemos formular, de modo grosseiro e elementar, o problema fundamental da semântica. Esse problema só pode ser resolvido pela dialética. Que procedimentos são empregados pelo objetivismo abstrato? Ele salienta o fator de unicidade da palavra em detrimento da pluralidade de suas significações. Essa pluralidade é percebida como análoga a harmônicos ocasionais de um único e mesmo significado estável e firme. A atitude do lingüista é diametralmente oposta à atitude da viva compreensão que caracteriza os falantes empenhados num processo de comunicação verbal. Quando o filólogo-lingüista alinha os contextos possíveis de uma palavra dada, ele acentua o fator de conformidade à norma: o que lhe importa é extrair desses contextos dispostos lado a lado uma determinação descontextualizada, para poder encerrar a palavra num dicionário. Esse processo de isolamento da palavra, de estabilização de sua significação fora de todo contexto, é reforçado ainda mais pela justaposição de línguas, isto é, pela procura da palavra paralela numa língua diferente. A pesquisa lingüística constrói a significação a partir do ponto de convergência de pelo menos duas línguas. Esse trabalho do lingüista torna-se ainda mais complicado pelo fato de que ele cria a ficção de um recorte único da realidade, que se reflete na língua. É o objeto único, sempre idêntico a si próprio, que garante a unicidade do sentido. A ficção da palavra como decalque da realidade ajuda ainda mais a congelar sua significação. Sobre essa base, a associação dialética de unicidade e de pluralidade torna-se impossível.

Mencionaremos ainda um outro erro grave do objetivismo abstrato: para seus adeptos, os diferentes contextos em que aparece uma palavra qualquer estão num único e mesmo plano. Esses contextos dão origem a uma série de enunciações fechadas que têm significado próprio e apontam todas para uma mesma direção. Na realidade, as coisas são bem diferentes: os contextos possíveis de uma única e mesma palavra são freqüentemente opostos. As réplicas de um diálogo são um exemplo clássico disso. Ali, uma única e mesma palavra pode figurar em dois contextos mutuamente conflitantes. É evidente que o diálogo constitui um caso particularmente evidente e ostensivo de contextos diversamente orientados. Pode-se, no entan-

to, dizer que toda enunciação efetiva, seja qual for a sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa. Os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto. A mudança do acento avaliativo da palavra em função do contexto é totalmente ignorada pela lingüística e não encontra nenhuma repercussão na sua doutrina da unicidade da significação. Embora os acentos avaliativos sejam privados de substância, é a pluralidade de acentos que dá vida à palavra. O problema da pluriacentuação deve ser estreitamente relacionado com o da polissemia. Só assim é que ambos os problemas poderão ser resolvidos. Ora, é impossível estabelecer essa vinculação a partir dos princípios do objetivismo abstrato. A lingüística se desembaraça dos acentos avaliativos ao mesmo tempo que da enunciação, da fala.¹⁵

7. Para o objetivismo abstrato, a língua, como produto acabado, transmite-se de geração a geração. Evidentemente, é de um ângulo metafórico que os adeptos da segunda orientação entendem essa transmissão da língua como herança de um objeto; mas essa comparação não constitui para eles apenas uma metáfora. Configurando o sistema da língua e tratando as línguas vivas como se fossem mortas e estrangeiras, o objetivismo abstrato coloca a língua fora do fluxo da comunicação verbal. Esse fluxo avança continuamente, enquanto a língua, como uma bola, pula de geração para geração. Entretanto, a língua é inseparável desse fluxo e avança juntamente com ele. Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. É apenas no processo de aquisição de uma língua estrangeira que a consciência já constituída — graças à língua materna — se confronta com uma língua toda pronta, que só lhe resta assimilar. Os sujeitos não “adquirem” sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência.¹⁶

¹⁵ As posições aqui expressas serão fundamentadas no Capítulo 7.

¹⁶ O processo pelo qual a criança assimila sua língua materna é um processo de integração progressiva da criança na comunicação verbal. À medida que essa integração se realiza, sua consciência é formada e adquire seu conteúdo.

8. O objetivismo abstrato, como vimos, não sabe ligar a existência da língua na sua abstrata dimensão sincrônica com sua evolução. Para a consciência do locutor, a língua existe como sistema de formas sujeitas a normas; e só para o historiador é que ela existe como processo evolutivo. O que exclui a possibilidade de associação ativa da consciência do locutor com o processo de evolução histórica. Torna-se, assim, impossível a conjunção dialética entre necessidade e liberdade e até, por assim dizer, a responsabilidade lingüística. Assenta-se, aqui, o reino de uma concepção puramente mecanicista da necessidade no domínio da língua. Não há dúvida de que esse traço do objetivismo abstrato está ligado à irresponsável fixação dessa escola nas línguas mortas.

Só nos resta tirar as conclusões de nossa análise crítica do objetivismo abstrato. O problema que levantamos no começo do quarto capítulo, o da realidade dos fenômenos lingüísticos como objeto de estudo específico e único, é solucionado de maneira incorreta. A língua, como sistema de formas que remetem a uma norma, não passa de uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático do ponto de vista do deciframento de uma língua morta e do seu ensino. Esse sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos lingüísticos enquanto fatos vivos e em evolução. Ao contrário, ele nos distancia da realidade evolutiva e viva da língua e de suas funções sociais, embora os adeptos do objetivismo abstrato tenham pretensões quanto à significação sociológica de seus pontos de vista. Na base dos fundamentos teóricos do objetivismo abstrato, estão as premissas de uma visão do mundo racionalista e mecanicista, as menos favoráveis a uma concepção correta da história; ora, a língua é um fenômeno puramente histórico.

Seriam os princípios fundamentais da primeira orientação, a do subjetivismo individualista, os correios? Não teria o subjetivismo individualista conseguido tocar de perto a verdadeira natureza da linguagem? Ou a verdade estaria no meio-termo, entre as teses do subjetivismo individualista e as antíteses do objetivismo abstrato, constituindo um compromisso entre as duas orientações?

Acreditamos que aqui como em qualquer lugar a verdade não se encontra exatamente no meio, num compromisso entre a tese e a antítese; a verdade encontra-se além, mais longe, manifesta uma idêntica recusa tanto da tese como da antítese, e constitui uma síntese dialética. As teses da primeira orientação, como veremos no capítulo seguinte, não resistem à crítica mais do que as da segunda.

Queremos, agora, chamar a atenção para o seguinte: ao considerar que só o sistema lingüístico pode dar conta dos fatos da língua, o objetivo abstrato rejeita a enunciação, o ato de fala, como sendo individual. Como dissemos, é esse o *proton pseudos*, a "primeira mentira", do objetivismo abstrato. O subjetivismo individualista, ao contrário, só leva em consideração a fala. Mas ele também considera o ato de fala como individual e é por isso que tenta explicá-lo a partir das condições da vida psíquica individual do sujeito falante. E esse é o seu *proton pseudos*.

Na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. *A enunciação é de natureza social*. Cabe-nos firmar essa tese no próximo capítulo.